



MACRODRENAGEM DO RIO MAGUARIAÇU E AS CONTRADIÇÕES DO PLANEJAMENTO URBANO DE ANANINDEUA-PA

Renan Nogueira do Nascimento ¹

Marcio Douglas Brito Amaral ²

RESUMO

A urbanização tem sido fortemente ampliada em cidades médias e pequenas na Amazônia. Assim, o presente trabalho visa evidenciar as transformações ocorridas na área de macrodrenagem do rio Maguariaçu em Ananindeua-Pa. E tem-se como objetivo geral analisar as transformações socioespaciais de Ananindeua decorrente da gestão pública municipal, observando como esse ponto vai fundamentando no limiar da história local os rumos da urbanização construída sobretudo pelo poder estatal em consonância com o mercado. Essas forças apresentam-se como promotoras da transformação do espaço local no qual o foco é a área de parte do rio Maguariaçu, que a partir desse momento recebe intervenções de projetos urbanos, tanto rodoviário, quanto de lazer, incorrendo na valorização de terrenos e corrida para ocupação de áreas ociosas. Para o alcance de resultados consistente buscou-se na metodologia progressiva-regressiva de Lefevbre como forma de buscar fatores históricos o qual materializam as ações sobretudo do estado. Logo, obteve-se como resultado preliminar a identificação de políticas públicas para a intervenção urbana na área de estudo que materializaram a partir das obras, bem como alguns efeitos o qual houve maior ocupação de terrenos ociosos.

Palavras-chave: Projetos Urbanos, Ananindeua, Macrodrenagem Rio Maguariaçu.

ABSTRACT

Urbanization has been significantly expanded in medium-sized and small cities in the Amazon. Thus, this study aims to highlight the transformations occurring in the Maguariaçu River macrodrainage area in Ananindeua, Pará. The overall objective is to analyze the socio-spatial transformations of Ananindeua resulting from municipal public management, observing how this point underpins, at the threshold of local history, the direction of urbanization, built primarily by state power in concert with the market. These forces are driving the transformation of local space, focusing on the area of part of the Maguariaçu River. From this point on, urban projects, both highway and recreational, have been involved, resulting in increased land values and a rush to occupy unused land. To achieve consistent results, Lefevre's progressive-regressive methodology was used to identify historical factors that materialize the actions of the state, primarily. Therefore, the preliminary result was the identification of public policies for urban intervention in the study area that materialized from the works, as well as some effects which resulted in greater occupation of idle land.

Keywords: Urban Projects, Ananindeua, Macrodrenage Maguariaçu River

¹ Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA, renannogue@hotmail.com

² Professor orientador: Geografo pela Universidade Federal do Pará, Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1999) titulação, Faculdade de Geografia e Cartografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) - UFPA, marcioamaral@ufpa.br



INTRODUÇÃO

O modelo urbano industrial, tido como referência para as cidades capitalista, mostrou-se insustentável frente às demandas socioambientais do planeta. Em vista disso, surgem concepções alternativas ao modelo urbano industrial de cidade³.

Assim, o município de Ananindeua no Estado do Pará insere-se nesse panorama, pois por ser uma cidade integrante à Região Metropolitana de Belém, o qual sofreu uma grande expansão populacional, e em função da capital Belém já não comportar grandes contingentes populacionais, tornou-se uma alternativa para os fluxos migratórios vindos do interior do estado. Gerando uma grande transformação, no qual fez com que o município necessitasse expandir a sua estrutura urbana.

Atualmente essa expansão urbana está se consolidado nas bacias hidrográficas existentes, como é o caso do rio Maguariaçu, o qual passou por um processo em parte de macrodrenagem se estendendo dos Conjuntos Cidade Nova, Guajará e bairros do Levilândia e Maguari, no entanto o rio se estende para outros bairros.

A Conferência de Estocolmo na década de 1970, destacou a expansão urbana como um problema mundial, e que tem mostrado efeitos negativos nos mais diversos lugares, sobretudo ao que diz respeito a concentração populacional. As consequências têm sido em piores proporções em países subdesenvolvidos, como o Brasil e afeta regiões de grande importância ambiental como a Amazônia, pois é notório o inchaço populacional e construções que atingem áreas florestais e mananciais de água potável, sobretudo como neste caso as bacias hidrográficas que estão sendo urbanizadas.

Vilaça (2002 apud Amaral, 2005) pontua que “a origem do planejamento urbano no Brasil somente tem início em 1875 com os planos de melhoramentos e embelezamento que buscavam exaltar a burguesia e destruíram a forma urbana colonial do País. Desta forma, podemos destacar o seguinte ponto em relação ao uso e ocupação do solo no Brasil,

O padrão de uso do solo se apresenta como elemento definidor da diversidade de ocupação e uso do solo, já que ao longo de sua extensão é possível encontrar as mais variadas formas de ocupação do solo e as mais variadas manifestações de atividades humanas (AMARAL, 2005 p.88).

A partir desse breve panorama, Ananindeua vai seguir nos moldes da urbanização da capital Belém, pois constata-se que a partir do desenrolar histórico do município houve pouca ou praticamente nenhuma participação popular ativa nos rumos do desenvolvimento espacial local. O que deixou quase que única e exclusivamente a gestão do espaço por conta das esferas

³ LEFEBVRE, Henri. **O DIREITO A CIDADE**. Trad. Rubens Eduardo Frias. Centauro: São Paulo, 2001.



de poder municipal e estadual a frente das decisões locais. Incorrendo contra o que sugere o Art. 45 do Estatuto das Cidades o qual pontua que:

Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2008 p. 28)

E em vista de todo esse cenário é válido questionar: Quais os paradigmas de gestão e planejamento urbanos que nortearam às intervenções realizadas na área da macrodrenagem do rio Maguariáçu?

Tem-se como objetivo geral analisar as transformações socioespaciais de Ananindeua decorrente da gestão pública municipal. E por objetivos específicos analisar as concepções de planejamento e gestão urbana que têm fundamentado as políticas de intervenção urbana no município; Identificar os impactos socioespaciais decorrente da requalificação urbana no entorno da macrodrenagem do rio Maguariáçu bem como das obras viárias.

Dessa forma, Ananindeua se expande como uma periferia próxima a capital Belém a partir da política de metropolização no qual Belém e Ananindeua estão inseridos desde a década de 1970. Se o crescimento da cidade se deu a partir de uma prática de afastar a periferia do centro da capital, a lógica de precarização de serviços urbanos pode ser o modelo que vai impulsionar a transformação desse espaço, indo de encontro a ideia de Lefebvre sobre transdução (real-virtual) em que está inserida no processo de dispersão e segregação. Isso é reforçado a partir da implantação de empreendimentos de moradia de alto padrão que começam a se instalar na área em que está ocorrendo a requalificação do rio Maguariáçu, além do aumento da área de ocupação por moradias e empreendimentos logísticos de pequeno e médio porte. É válido ressaltar que o presente trabalho está se desenvolvendo a partir da dissertação de mestrado do autor, logo ainda apresenta resultados preliminares da pesquisa.

METODOLOGIA

A cidade moderna é gestada a partir dos elementos indústria e capitalismo, o que nos permite como aponta Lefebvre (1999) compreender suas condições, seus antecedentes, dando-nos um melhor entendimento a respeito da cidade comercial e da cidade política. Assim, um duplo movimento nos é revelado como o tempo em historicidade regressivo (do virtual ao atual e do atual ao passado), e progressivo do superado e do finito ao movimento que declara esse fim que anuncia faz nascer algo novo.



O método regressivo-progressivo se aplica como forma de realizar a pesquisa, pois revela como o tempo histórico pode ser periodizado segundo os modos de produção indicando a realidade como por exemplo o asiático o escravista, o feudal, o capitalista, o socialista e assim por diante. A partir dos campos cegos, que são ao mesmo tempo mentais e sociais, viabiliza-se a sua compreensão e existência, pois necessita reportar-se ao poder das ideologias que iluminam outros campos ou fazem surgir campos fictícios, e por outro lado, ao poder da linguagem.

Dessa forma, poderemos iniciar as investigações a respeito da transformação do espaço urbano de Ananindeua, sobretudo ao que diz respeito a área de estudo da macrodrenagem do rio Maguariçu. Então, utilizar-se-á o método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre, pois de acordo com Carlos (2019), há

“dois movimentos do método que se impõem: o primeiro é que no método progressivo-regressivo descobre-se a história da cidade ao situar sua produção-reprodução no tempo histórico e, assim, encontra-se o espaço. Então, a reflexão de Lefebvre, se dá pela história da cidade que se constrói como a história do espaço”. O segundo é o movimento que ele denomina transdução, o urbano como sinônimo de sociedade urbana que aparece na dialética entre real-virtual. Pois, se manifesta no seio de um processo negativo da dispersão, da segregação, como exigência do encontro da reunião da informação. (LEFEBVRE, 1968a, apud CARLOS 2019).

Dois movimentos do método se impõem: (a) no método regressivo-progressivo descobre-se a história da cidade ao situar sua produção-reprodução no tempo histórico e, assim, encontra-se o espaço. Desse modo, na reflexão de Lefebvre, a história da cidade se constrói como a história do espaço. A cidade se constitui ao longo de um processo histórico que a produz como obra, mas que, sob o capitalismo, se torna um produto, (b) no movimento que ele denomina transdução, o urbano como sinônimo de sociedade urbana aparece na dialética entre real-virtual, ou seja, a sociedade urbana não existe ainda e existe virtualmente (LEFEBVRE, 1968a, apud CARLOS 2019).

[...] é uma forma (que traz um nome a simultaneidade) do encontro e da reunião de todos os elementos da vida social desde os frutos da terra até os símbolos e as obras culturais [...] se manifesta no seio de um processo negativo da dispersão, da segregação, como exigência do encontro da reunião da informação. Enquanto forma tem um nome: simultaneidade (LEFEBVRE, 1968a, apud CARLOS 2019).

De acordo com Martins (1996), Lefebvre evidencia uma dupla complexidade da realidade social, sendo tanto horizontal, quanto vertical. Essas complexidades revelam “procedimentos metodológicos que identificam e recuperam temporalidades desconstruídas e coexistentes. Então, a complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível”. Esse ponto é importante para fundamentar o olhar teórico sobre a pesquisa, informado das inúmeras possibilidades de relações sociais que o pesquisador deverá identificar e descrever, tendo como característica nesse ponto ser descritivo.



Enquanto que na complexidade vertical da vida social encontra-se o momento analítico-regressivo, ou seja, a coexistência de relações sociais que tem datas desiguais. Assim, nesse segundo momento do método a realidade será analisada e consequentemente decomposta (MARTINS, 1996. p. 21).

O terceiro ponto do método regressivo-progressivo de Lefebvre vem a ser o histórico-genético. Em que o pesquisador deve procurar o reencontro do presente, mas elucidado, compreendido e explicado. E a partir do regressivo-progressivo descortina-se que as contradições sociais são históricas, não sendo apenas confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais. Assim, o método proposto por Lefebvre identifica que “é no desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição a outra a indicação que um possível está adiante do real e realizado”. Então os desencontros são desencontros de tempos e portanto, de possibilidades (MARTINS, 1996. p. 22).

No que tange aos procedimentos metodológicos os caminhos a percorrer serão os seguintes: Pesquisa bibliográfica do tema da pesquisa, o qual abrange a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico (quanto as técnicas cartográficas utilizar-se-á o mapeamento histórico da área de estudo com o auxílio de imagens de satélite identificando as mudanças ao longo do tempo). Bem como a utilização de pesquisa de campo por meio da observação direta intensiva consistindo na observação da vida real, utilizando-se de equipamento fotográfico para registro.

REFERENCIAL TEÓRICO

ESTADO, POLÍTICAS URBANAS E REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ÁREAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Em relação a forma como se urbanizou a Amazônia, é importante identificarmos que esse processo será iniciado pelo estado brasileiro, com o apoio de setores privado. Pois, de acordo com Castro (2008) “a fronteira⁴ aberta nos anos 1970 e seguintes, no século XX, permitiu construir um segundo modelo de povoamento e urbanização centrado nos fluxos econômicos, públicos e privados, e imigratórios nessa região”.

⁴ A Fronteira é um espaço em construção, em movimento, transformado ao longo dos anos. É um espaço de produção social pelos grupos que chegam e que participam da construção concomitante do mundo rural e do espaço urbano, quer estejam envolvidos no trabalho agrícola como os colonos da transamazônica e de Rondônia, quer trabalhem em um garimpo ou tenham outras formas de trabalho (CASTRO, 2008, p. 23).



Isso revela o caráter público-privado, estado e mercado, na remodelagem do espaço amazônico, onde novas formas de produção foram implantadas, trazendo lógicas diferentes do que moldou o espaço anteriormente. Gerando disputas e conflitos entre os que aqui já moravam e os migrantes que vieram estimulados pelo estado para ocuparem a região.

Para Castells (1977) é válido destacar que:

A associação da industrialização e da urbanização, própria do modelo de urbanização na Europa, mostrado em estudos sobre o fenômeno urbano é também um padrão ocorrido no Brasil em regiões que se industrializaram nos anos 1950 em diante, mas não pode servir de fundamento de esquemas analíticos aplicáveis às cidades da Amazônia (CASTELLS, 1977, apud CASTRO, 2008, p. 15, 16).

É assim que a remodelagem socioespacial brasileira e para a Amazônia vai sendo construída, a partir do Estado com o modelo desenvolvimentista nacionalista, iniciado no período Getúlio Vargas, mas que também teve ampla difusão no governo de Juscelino Kubitschek, pela implantação de obras como a Belém-Brasília interligando o centro-sul brasileiro a região norte, bem como a implantação da nova capital em Brasília, possibilitaram o avanço da ocupação dessas regiões (NUNES 2007, APUD CASTRO 2008, P. 21). Esse estado desenvolvimentista, baseado nas ideias keynesiana, irão implantar a abertura de áreas como o norte de Mato Grosso, Rondônia e o sudeste do Pará nos anos 1970.

Essa inserção de novas dinâmicas na região produz consequências no espaço como, aponta Castro (2008):

a materialização da fronteira com novas oportunidades de mercado de trabalho; a transformação do espaço urbano com o crescimento das cidades existentes o aparecimento de novas; o estímulo a migração de outras regiões contenções sociais no campo; transferência para a Fronteira amazônica dos problemas resultantes das contradições da relação capital-trabalho vividas localmente, como desigualdade social, pobreza e exclusão da Terra (CASTRO 2008, P. 22).

Literalmente nota-se que o estado realiza um transplante socioespacial, inoculando novas lógicas na região com vistas ao desenvolvimento, sobretudo econômico. Porém, é fato que esse procedimento acarretou em problemas na região amazônica, principalmente com a chegada de migrantes que tinham outra mentalidade a respeito do uso e produção da terra, chocando-se com antigas lógicas e acirrando conflitos pelo uso da terra, o que repercutiu no inchaço urbano de muitas cidades sobretudo no estado do Pará.

O discurso estatal de (Castro, 2008) “ocupar e integrar”, demarca também o receio do estado brasileiro em lidar com influências externas negativas, pois nos anos 1970 passava-se pela Guerra Fria, e era temerário uma vasta região ser influenciada, tanto pelo bloco socialista, quanto o temor em perder a região para alguma potencia estrangeira. Então, esses fatos mostram a preocupação no âmbito nacional em relação a segurança de suas fronteiras.



A ação urbana na Amazônia, preponderantemente através da ação do estado e do mercado na materialização desse novo espaço urbanizado, seguiu dois momentos como a seguir:

O primeiro padrão de ocupação e povoamento foi o período da intensificação da exploração da borracha, modelo de passar urbana que se dava através dos rios com ocupação de seus vales com base em um sistema de *aviamento*. O segundo padrão de ocupação e povoamento ocorreu a partir de 1966, intensificando-se nos anos 1970 e 1980 com os programas governamentais de expansão da Fronteira agrícola associado das estruturas urbanas, existentes e planejadas, para onde se dirigiam os investimentos públicos, se fortaleciam instituições e se concentrava a demanda de trabalho por parte de imigrantes chegavam em fluxos intensos e crescentes (CASTRO 2008, p. 26, grifo do autor).

Dessa maneira, a região passa por dois momentos que vão descortinando a urbanização implantado pelo estado. A primeira irá ocupar as margens dos rios, portanto a ocupação e urbanização se dará por meio dos rios. Já o segundo momento, é o dos grandes projetos de infraestrutura, sobretudo rodoviarista que acarretará na criação de novas cidades agora nas margens das rodovias e não mais beira dos rios, o que posteriormente influenciará a ocupação da região a partir de agrovilas, o qual posteriormente com a intensa ocupação se tornam cidades.

Vale ressaltar também que a densidade populacional na Amazônia é menor que em outras regiões do país, ou seja, a urbanização da Amazônia não pode ser identificada pelos mesmos modelos que ocorreram em outros lugares, precisa-se entender a relação do mercado global com a região, o qual está imersa também com a rede informal de trabalho. Esse panorama, mostra a complexidade de se detalhar o urbano nessa região, pois como reforça Castro (2008), “observa-se que a lógica econômica articula-se com os processos modernos x tradicionais” (CASTRO, 2008, P. 32).

Para Oliveira e Schor (2008), “os melhoramentos da infraestrutura urbana quase sempre excluem as periferias, produzindo a alienação da maioria dos moradores em relação à cidade que está sendo produzida”. Logo, o incremento de novas estruturas não significa efetivamente o melhoramento de vida das populações que estão inseridas no processo de urbanização repercutindo na:

resistência, que não é necessariamente uma ação política, constitui-se, ponto de vista socioespacial, o inconformismo, concretizado em ações que não são capazes de mexer nas estruturas, mas produzem modos de vida diferente do imposto pelas relações sociais de produção dominantes e, com isso, produzem a morfologia da cidade diferenciada. Esse processo é contínuo, mas não linear, no tempo e no espaço, refletindo múltiplas dimensões da vida no território, das quais ficam resíduos na paisagem (OLIVEIRA; SCHOR, 2008, P. 69).

Desse modo, é como se houvesse uma reação a produção do espaço ocorrida, mesmo que não planejada, pois a periferia dos centros urbanos amazônicos apresenta considerável falta de estrutura e condições dignas de moradia. Isso mostra que as ações do estado não são efetivas



nessas áreas, e quando ocorrem são depois de muitos anos de ocupação desses locais. Portanto, como aponta Oliveira e Schor (2008), “a produção do espaço urbano, está afeita também ao lugar e às suas especificidades possuindo a dimensão do cotidiano (OLIVEIRA; SCHOR, 2008, P. 70).

Um ponto interessante nessa discussão é quanto a ocupação de áreas de igarapés e pequenos rios que:

até meados do século XX, permitiam o controle e a apropriação do espaço e o domínio do tempo pelos segmentos populares, em parte porque esses espaços escapavam o controle das estruturas poder, visto que não necessariamente faziam parte do lazer dos segmentos mais ricos (OLIVEIRA; SCHOR, 2008, P. 70).

Isso revela que áreas próximas a igarapés não eram relevantes a urbanização num primeiro momento o que mostra como essas áreas serão ocupadas de maneira muito rápida no decorrer do século XX. Demonstrando que existe de acordo com Oliveira e Schor (2008, p. 83) “um modelo de ocupação mista com intervenções planejadas pelo estado (conjuntos habitacionais) e ocupações espontâneas invasões”, além de condomínios fechados.

Dessa forma, as áreas periféricas na Amazônia, foram se materializando nas proximidades dos rios, não se restringindo a dimensão espacial, no caso a distância, mas converge para a dimensão socioespacial relacionado a aspectos como, a ausência do estado, carência de cidadania, de saneamento básico, problemas que impactam diretamente a população mais pobre (OLIVEIRA; SCHOR, 2008, P. 90).

O espaço de Ananindeua tem sofrido rápida transformação, sobretudo na área que compreende as obras de macrodrenagem do rio Maguariçu, estas mudanças ocorrerem pelos efeitos da urbanização⁵, mas principalmente pelo poder estatal a partir de ações tanto do município, quanto do governo do estado. Essas ações voltadas a política urbana, visam trazer novo aporte de infraestrutura, sobretudo ao que diz respeito ao melhoramento dos fluxos, tanto interno, quanto externo a partir de obras rodoviária, a limpeza do rio para evitar alagamentos e a construção de um espaço de lazer.

A visão de projetos urbanos é algo recente dentro do município, pois até pouco tempo o que se projetava em relação a urbanização local estava relacionado a construção de moradia. A obra possibilitou a interligação entre os conjuntos Cidade Nova, Guajará aos bairros do Maguari e Levilândia bem como a rodovia BR-316.

É importante salientar o fato do município compor a Região a Metropolitana de Belém (RMB), e como tal sofre os efeitos advindos da metropolização. Assim, Ananindeua começa a

⁵ O conceito de urbanização tem várias acepções. Uma delas, largamente usada nos meios tecnocráticos, privilegia o aspecto físico do espaço, que deve ser transformado para receber a vida urbana, ou satisfazer as suas necessidades (RODRIGUES, 1998 p. 27).



projetar-se de maneira mais competitiva em busca de capital, tanto externo quanto interno, pois o município torna-se o ambiente para o desenvolvimento das forças do capital especulativo a partir do poder político estatal o qual baseia-se em maior parte no planejamento tecnocrático.

É notório que a “sociedade urbana” como adverte Lefebvre (2002), em Ananindeua ainda está em gestação, pois ela surge no “seio de uma sociedade burocrática de consumo dirigido”. Logo o capital entra não mais a partir da industrialização, mas sim a partir da inserção de novos serviços que antes não existiam no local, pois a região não teve forte aporte de infraestrutura voltado a produção industrial.

Assim, é notório que as intervenções e o cenário do poder de produção do espaço em Ananindeua são em boa parte organizado pelo estado, seja a partir da prefeitura ou do governo do Estado do Pará. Isso pode ser evidenciado a partir de experiências mundiais que se implantam a nível local a partir do estado como aponta Carlos (1996, p. 124) em que:

O estado toma para si o crescimento como estratégia e se transforma num ser político concretizando-se espacialmente.

Assiste-se, portanto, a uma reorganização do espaço controlado pelo poder político que se afirma e coloca o estado no centro da gestão das relações sociais de reprodução, pois sua atuação no mundo atual exige a dominação sobre as circunstâncias da vida social e econômica, a manipulação generalizada, isto é, a realização do político como atividade produtiva (CARLOS, 1996, p. 124).

Lefebvre (2001, p.13), identifica que a “base é o Estado, o poder centralizado. Causa e efeito dessa centralização particular, a centralização do poder uma cidade predomina sobre as outras: a capital”. Isso aponta para uma espécie de hierarquização das cidades que vão se moldando a partir de um modelo global de sociedade urbana.

A partir do poder político e até de certo modo econômico, nota-se que os projetos urbanos serão demandados pelo poder estatal como será reforçada por Cruz (2012), pois percebe no estado um agente transformador do espaço como a seguir:

Observa-se que a lógica dos grandes projetos econômicos tem-se irradiado para o conjunto das metrópoles amazônicas, que são reestruturadas com grandes projetos urbanos, fundados nos investimentos em infraestrutura, passando a agregar maior valor econômico ao território. A fisionomia dessas cidades é, portanto, reconfigurada para torná-las atrativas para novas relações socioeconômicas e culturais (CRUZ, 2012, p. 160).

Um elemento de grande importância nesse debate é quanto ao racionalismo do qual se constituirão os projetos urbanos, pois vai instaurar ou restaurar a coerência na realidade caótica que ele observa e que se oferece a sua ação. Assim, o racionalista pode não perceber que a coerência é uma forma, portanto mais um meio do que um fim, e que ele vai sistematizar a lógica do hábitat subjacente a desordem e a incoerência aparentes (LEFEBVRE, 2001, p.30).

Dessa forma, os planejamentos e projetos urbanos a partir desse caráter racional serão centrados em objetivos de melhor alcance como a moradia, as vias de acesso e transporte.



Porém, a falta de uma preocupação mais abrangente com a urbanização tem gerado fortes problemas nos centros urbanos, pois questões não prioritárias acabam sendo dragadas pelo tempo e pela mudança das gestões políticas.

Então problemas, que poderiam ser antevistos em relação a urbanização de bacias hidrográficas como a ocupação de suas margens e até mesmo do corpo hídrico por palafitas, a ausência de saneamento básico entre outras situações causam grande transtorno para moradores locais, à vista disso reflete consideravelmente na qualidade de vida dos moradores que muitas vezes não possuem acesso de forma satisfatório dos serviços urbanos.

Doravante a reestruturação de bacias hidrográficas em áreas urbanas, na região amazônica já está implantada na lógica racionalista dos gestores públicos locais as canalizações de bacias, como já ocorre em outras regiões do Brasil. Tendo assim a possibilidade de uso desses ambientes que anteriormente estava subutilizada pela sociedade urbana como pontua Seabra (2021, p.23), pois aparecem como fenômenos de grande magnitude e como respostas às necessidades lógicas de um processo de desenvolvimento econômico e social de caráter modernizador e progressista. Dessa forma, o que parecia um obstáculo integra-se totalmente aos novos usos propostos pelo estado a sociedade urbana.

O crescimento populacional do município atrelado a ampliação do espaço urbano da cidade para áreas próximas aos rios, sobretudo pelas ocupações, torna cada vez mais frequente a aplicação de intervenções de políticas urbanas nas bacias hidrográficas como acontece na cidade vizinha e capital do Estado do Pará.

Do ponto de vista material, essas políticas urbanas, tanto com vistas a criação de infraestruturas, quanto para o embelezamento da cidade, não se implantam sem gerar conflitos. Logo, o processo de valorização das várzeas com fins de uso urbano está estreitamente ligado ao crescimento da cidade (Seabra, 2021, p.23). Assim, novos usos da várzea são construídos por essa nova realidade que se materializa no cotidiano da sociedade urbana.

Então para as políticas urbanas no Brasil:

Havia toda uma variedade de medidas que podem ser entendidas como de política urbana para camadas populares, especialmente no campo da habitação em áreas insalubres como favelas, mocambos, alagados ou seus homólogos regionais. Essas medidas abrangeram, num ritmo mais ou menos evolutivo: a regulação de empresas para a construção de obras urbanas, especialmente habitações proletárias, a fixação de posturas, códigos de obras, incentivos fiscais a segmentos empresariais ou a classes populares, assistência a habitantes de áreas infra-humanas, estudos sobre essas populações visando intervenção pública, programas de renovação urbana, inclusive com experiência de política higienista (RODRIGUES, 1998, p.84, 85).

Isso mostra que a execução da política urbana esteve voltada em maior parte para a aplicação de salubridade de bairros e moradias, como uma forma de tentar organizar o espaço urbano de áreas mais afastadas com vistas a diminuir o inchaço do centro das cidades



propiciando a criação de subúrbios e periferias em áreas mais distante. No entanto, o crescimento dessas periferias não estará a princípio sendo dotada de toda a infraestrutura necessária a vida urbana, porém essas áreas serão atrativas para as classes médias por possuírem um custo de vida mais baixo, além da possibilidade de apropriação do mercado imobiliário que irá criar condomínios privativos de alto padrão. Tornando os bairros periféricos atrativos em virtude do crescimento populacional além do incremento de pessoas com poder aquisitivo estável.

É notável que as grandes mudanças urbanas sejam no Brasil ou na Amazônia tem na década de 1960 uma grande expansão, sobretudo em função da “estratégia adotada pelo Regime de 1964 foi a do capitalismo dependente, com a reorientação do padrão de acumulação, tendo como frações de classe dominante segmentos agrários, industriais e financeiros” (RODRIGUES, 1998, p.84).

Esses pontos levantados abrem margem para uma ampla reestruturação socioespacial, principalmente em regiões metropolitanas. Pois, locais que receberam aporte de projetos urbanos sobretudo em relação a moradia, será o alvo da migração regional em vista da possibilidade de acesso a serviços públicos de educação e saúde, mas também será alvo do mercado que irá inserir novos serviços no local, criando a base para a expansão do capital.

Vale apontar que a apropriação da terra urbana constitui a linha de frente das ações locais, ou seja, o estado partir dos governos municipal e estadual, o mercado e a sociedade local, esta última que apresentará diversos interesses, pois não é um grupo homogêneo de interesses local (TRINDADE Jr, 1998, p.45).

Assim, para Trindade Jr (1998, p. 47) identifica:

Na configuração da forma metropolitana dispersa presente hoje no espaço, o papel das redes de articulação por parte dos agentes urbanos se mostra decisivo para a compreensão da dinâmica urbana. O espaço que se conforma é produto, condição e meio dessas redes. Há portanto, não só uma realocização dos assentamentos urbanos - das baixadas para o subúrbio -, resultando de uma nova forma/conteúdo do espaço metropolitano, como também a existência de uma estratégia de organização espacial que se coloca como meio e condição para a reprodução das formas recentes de apropriação diferenciada desse espaço.

É importante apontar os efeitos da metropolização na dispersão urbana em municípios que compõe essas regiões, tendo em vista a transformação socioespacial decorrente de atores econômicos e político sociais que vão tomando a frente das decisões locais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Ananindeua possui uma superfície de 191,4 Km², está situado entre as coordenadas geográficas 01° 13' e 01° 27' de latitude sul e 48° 19' e 48° 26' de longitude oeste.



Localizado no nordeste paraense, é constituído por uma parte continental ao sul, onde está instalada a sede municipal, e outra parte insular, ao norte, formada por igarapés e ilhas, é parte constituinte da Microrregião Metropolitana de Belém. Segundo o Decreto Nº 15.163, de 12 de dezembro de 2012, a área de consolidação de ocupação urbana encontra-se na área continental do município, a área rural encontra-se em maior parte na área insular.

Municípios que compõe regiões metropolitanas compartilham dos mesmos problemas que as grandes metrópoles como: a fragilidade social (prostituição, violência, acesso precário aos serviços públicos) e degradação ambiental (lixo, doenças, poluição do ar, de aquíferos, rede de esgoto ineficiente). Esse panorama, afeta a vida de milhares de pessoas no Brasil e na Amazônia, sobretudo com a acelerada urbanização ocorrida na região, assim o município de Ananindeua ganha destaque em função de abrigar o terceiro maior contingente de habitantes da região amazônica apresentando graves problemas socioambientais, o que repercutiu substancialmente na transformação de seu espaço.

É na instancia municipal que se dá as maiores transformações do espaço, sendo o palco mais próximo da existência social real, ou seja, a materialização espacial é dada pelas obras humanas como as: estradas, plantações, indústrias dentre outros, evidenciando uma negação da natureza natural, trocando então por uma natureza antropizada (SANTOS, 2006 p. 39).

É nesse contexto que se deparam os cidadãos de Ananindeua e mais respectivamente a área de entorno da macrodrenagem do rio Maguariçu, pois toda uma nova estrutura a princípio rodoviária foi construída as margens do referido rio para melhor atender ao fluxo crescente de veículos da Região Metropolitana de Belém interligando a BR-316 aos bairros residenciais como os conjuntos: Cidade Nova, Guajará e Maguari. Além disso, houve a requalificação do espaço do antigo curtume Maguari, local esse que estava desativado há várias décadas e que a partir da política de grandes projetos urbanos da prefeitura local cria um espaço de lazer e até turismo que antes era inexistente na cidade. A seguir na figura 01 temos o mapa de localização da bacia hidrográfica do rio Maguariçu, onde podemos perceber sua proximidade a grandes rodovias que estão na cor vermelho, o qual de certa forma pressionaram a reconfiguração urbana dessa área, interligando eixos rodoviários que antes o rio poderia ser tido como uma barreira.

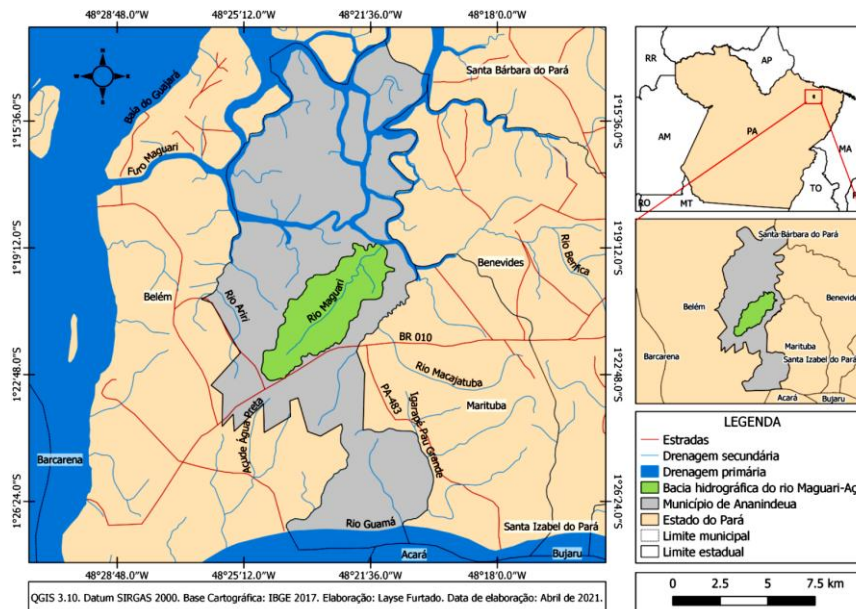


Figura 01: Mapa de localização da bacia hidrográfica do rio Maguari-Açu, Ananindeua/PA.

Fonte: Silva et. al 2021.

Assim, é notório que as intervenções e o cenário do poder de produção do espaço em Ananindeua são em boa parte organizado pelo estado, seja a partir da prefeitura ou do governo do Estado do Pará. Isso pode ser evidenciado a partir de experiências mundiais que se implantam a nível local a partir do estado como aponta Carlos (1996, p. 124) que:

O estado toma para si o crescimento como estratégia e se transforma num ser político concretizando se espacialmente.

Assiste-se, portanto, a uma reorganização do espaço controlado pelo poder político que se afirma e coloca o estado no centro da gestão das relações sociais de reprodução, pois sua atuação no mundo atual exige a dominação sobre as circunstâncias da vida social e econômica, a manipulação generalizada, isto é, a realização do político como atividade produtiva.

Para Trindade Júnior, a periferização que marca o momento atual dá-se distante do núcleo metropolitano que podemos chamar de área de expansão metropolitana, e temporal da década de 1980 até os dias atuais, período este em que os processos responsáveis pela dispersão dos assentamentos residenciais tornaram se mais intensos. Além disso, há uma dialética da relação estrutura (determinações gerais) e ação (atuação de coligações e redes diretamente relacionadas a gente que estabelece práticas em nível). O que pode evidenciar a maneira como estado vem atuando na transformação do espaço local (TRINDADE Jr, 1998 p. 7).

A Amazônia tem forte apelo ambiental, no entanto as gestões federal, estadual e municipal em Ananindeua não estiveram focadas para a transformação do espaço aliado a qualidade de vida da população local. Segundo o último Censo de 2022 do IBGE, o município possuía 478.778 habitantes⁶, o que mostra que locais de ocupações irregulares tendem a crescer,

⁶ Segundo dados do censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ananindeua possuía 478.778 habitantes ficando atrás apenas das cidades mais populosas da região Norte do Brasil que são respectivamente: Manaus com 2.063.689 habitantes e Belém com 1.303.403 habitantes.

ou seja, áreas de matas e igarapés correm sérios riscos de serem invadidos, em função da fraca atuação da política habitacional e descontrole total das áreas de ocupações.

É nesse cenário de forte contingente populacional, migrações e até mesmo os efeitos advindos da metropolização que Ananindeua vai produzindo o seu espaço, fragmentado e segregado, logo tem sido o local onde vem ocorrendo diversos projetos urbanos como a abertura de novas rodovias, construção de elevados, construção e reforma de espaços de lazer, revitalização de feiras, macrodrenagem de bacias hidrográficas, ampliação da estrutura de comunicação o que consequentemente atrai a atenção para a disponibilização de diversos serviços para a cidade.

Nessa perspectiva, expõe-se o rio Maguariaçu, ao qual revela um cenário de certa forma contraditório, pois possui áreas de intensa urbanização, sobretudo nos últimos anos em que teve um processo de requalificação do espaço com a implantação da macrodrenagem, construção de rodovias como a Radial Norte e Avenida Ananin, além de um novo espaço de turismo e lazer como o Parque Vila Maguari. Isso exigirá do poder público municipal forte atenção, uma vez que a produção do espaço urbano de Ananindeua, a partir de grandes projetos urbanos como a macrodrenagem e as obras viárias realizadas pelo poder público na bacia hidrográfica do rio Maguariaçu e seu entorno pode ocasionar em uma corrida do mercado pela apropriação de áreas que não foram utilizadas para essas obras. Como observa-se nas imagens a seguir:



Figura 02: Área de abrangência da Macrodrenagem do rio Maguariaçu.

Fonte: Google Earth <https://earth.google.com/web/@-1.34957843,-48.38519043,11.837149a,4756.50879482d,35y,0.00000001h,4.49977225t,0r/data=ChYqEAgBEgoyMDI0LTA2LTlwGAFCAGgBMikKJwolCiExdi1YcEpFYkdxZnVlalY1dXQ0YVN4V3VWd2F6MGJuR18gAToDCgEwQgIIAEoICJmuv5EDEAE?authuser=0>

A urbanização dessa área está se consolidando, inicialmente a partir da implementação do projeto da macrodrenagem em conjunto com a infraestrutura rodoviária e o espaço de lazer criado, o que tem provocado nova reconfiguração espacial como pode ser constatado na imagem a seguir com o recorte temporal de imagens de satélite do período de 2019 a 2024:

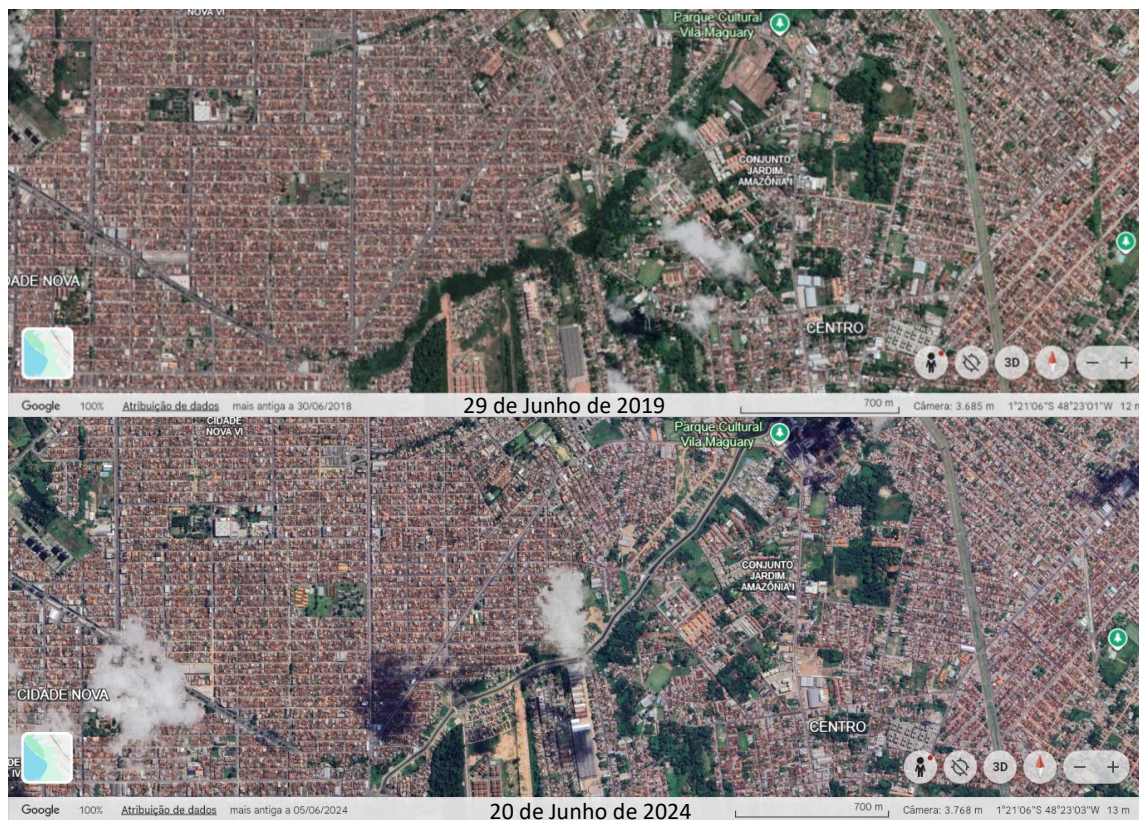


Figura 03: Mudança da configuração espacial na área da macrodrenagem.

Fonte: Google Earth.

Nas imagens retiradas do sistema Google Earth, nota-se a transformação do espaço no período de cerca de cinco anos, tendo em vista a retirada da mata ciliar que cedeu lugar a Av. Radial Norte, criando uma nova alternativa de interligar os conjuntos Cidade Nova e Guajará a Rod. Br-316 a partir da criação de outra avenida interligada que foi a Av. Ananin. A área de impacto da macrodrenagem abrange cerca de 321.984,38 m², o qual pode ser observado pela linha amarela da Figura 02.

Além disso, após a conclusão da macrodrenagem algumas áreas das margens do rio não foram utilizadas no projeto, o que despertou o interesse em especuladores. De modo que logo com o término da obra notou-se movimentações para realizar a ocupação do espaço que ficou sem uso, sobretudo pela população de baixa renda, mas também de pessoas com poder aquisitivo mais alta, ou seja, a lógica do espaço enquanto mercadoria é vislumbrado por todos tendo em vista possíveis vantagens com a ocupação dos terrenos ociosos para lucro futuro, além da movimentação do grande capital para a implantação de empreendimentos de médio a alto padrão.



Figura 04: Ocupações das margens da Rodovia Radial Norte.
Fonte: Nascimento, 2025.

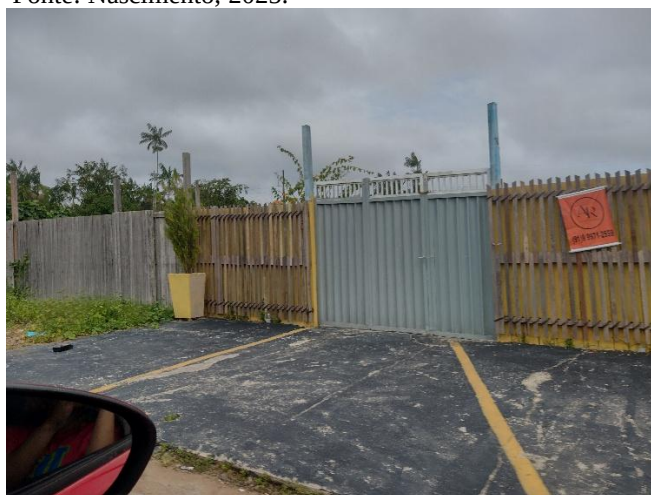


Figura 05: Ocupações das margens da Rodovia Radial Norte.
Fonte: Nascimento, 2025.

Observando as figuras 04 e 05 percebe-se a ocupação de terrenos que ficaram ociosos após os términos do trabalho de macrodrenagem, e pode ser evidenciado também que pela forma de ocupação na figura 05 o ocupante tem maior preocupação em esconder as obras no terreno, pois os materiais para o cercamento do terreno são aparentemente mais caros que pode evidenciar que possui maior poder econômico em relação a ocupação da figura 04. Ou seja, é a materialização do terreno como uma mercadoria que adquire valor e poderá ser vendida ou trocada posteriormente.

Além disso, a requalificação do antigo curtume Maguari, lugar que foi utilizado em alguns momentos por secretarias do município cedeu lugar para a construção do Parque Vila Maguari, conferindo uma nova possibilidade de consumo do espaço pelos moradores locais a partir do lazer, o ambiente conta com: restaurantes, espaço de contemplação, parque infantil, estacionamento e teatro, este último era um equipamento inexistente na cidade até pouco tempo atrás.



Figura 06: Portão de Entrada do Parque.
Fonte: Nascimento, 2025.



Figura 07: Margens do rio a partir do Parque.
Fonte: Nascimento, 2025.

Na figura 07 podemos perceber a ocupação das margens do rio em que do lado esquerdo da imagem está o Parque Maguari, e na margem direita temos um condomínio que pode ser visualizado pelos prédios brancos ao fundo, e um resíduo de mata ciliar que sobrou como ultimo abrigo para os passáros. E em relação a estes, nota-se uma quantidade considerável de aves como garças (maguari) até mesmo filhotes e pequenos gaviões, o que deixa no ar que ali poderia ser um antigo berçário natural das aves, tendo em vista que estas aves ainda encontram alimentos no rio mesmo com a poluição existente.



Figura 08: Mapa do Parque e serviços existentes.
Fonte: Nascimento, 2025.

Na figura 08, se tem o mapa instalado na entrada do parque mostrando a dimensão espacial do local, bem como evidência os serviços realizados nele. Sendo um espaço de contemplação e lazer de uso público aos moradores da cidade. Para além disso, o parque mostra novas perspectivas de políticas públicas para a cidade com espaços de lazer que conferem novos usos do espaço que antes estava sem função.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das transformações ocorridas no espaço urbano de Ananindeua, principalmente na área que compreende a macrodrenagem do rio Maguariaçu, em consonância com a construção de infraestrutura rodoviária, bem como a espaço de lazer do Parque Vila Maguari, abre perspectiva para esse espaço, como a própria integração da cidade, a consolidação de pontos relacionado a metropolização, no entanto ainda encontra-se contradições no espaço sobretudo ao que tange a cidadania, pois o local ainda possui um contingente considerável de pessoas que encontram-se excluídos de serviços urbanos de grande valia, como saneamento, transporte público, educação e segurança.

Isso reflete em forças disputando o espaço, a partir da observação da implantação de condomínios de moradia em contrariedade com ocupações precárias de pessoas que ainda necessitam de algum tipo de ajuda quanto a cidadania. Vale ressaltar que as obras realizadas impactaram tanto positivamente com a construção da infraestrutura rodoviária e o espaço de lazer, quanto negativamente com a ocupação do espaço remanescente das obras da macrodrenagem sem nenhum tipo ordenamento. É importante ressaltar que quanto a estrutura rodoviária favoreceu-se em grande parte os veículos automotores em detrimento de veículos populares como as bicicletas, tendo em vista por exemplo que as ciclovias e ciclofaixas inexistem em boa parte da área utilizada pela macrodrenagem.



Assim, observamos as modificações do espaço a partir da união do estado e mercado como os promotores dessa transformação, em vista do estado possuir o poder político tem no mercado a opção de gerar novo capital produtivo em um lugar que estava ocioso, principalmente a partir da especulação imobiliária crescente nessa área, onde as atenções se voltam tanto por parte do grande capital, quanto por indivíduos de baixa renda que visam as ocupações como uma forma de obter lucro futuro, e dessa forma o consumo do espaço pelo capital vai se materializando.

Dessa maneira, pode-se constatar as transformações do espaço, através do recorte temporal por meio da configuração espacial de um determinado momento, que é evidenciada pelas suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, no entanto existentes no momento atual (SANTOS, 1988, 2006 p. 67).

A transformação do antigo espaço do curtume Maguari em área de lazer, atual Parque Vila Maguari, é uma amostra de como a mundialização do espaço ocorre nos mais diversos lugares, pois deu-se um novo uso para um espaço que teve diversos usos anteriores como o próprio curtume em si que foi um empreendimento de produção de couro, posteriormente com a venda e aparente abandono do espaço as estâncias de materiais de construção ocuparam essa área, e os antigos prédios do curtume eram utilizados por algumas secretarias da prefeitura, porém sem uso contínuo.

Portanto, a partir dessas categorizações analíticas têm-se os pontos relevantes para a discussão da transformação do espaço urbano do município de Ananindeua e os resultados na vida dos habitantes do município, com planejamentos muitas vezes exógenos e ineficientes que não buscaram a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. D. B. **A GUERRA DAS ÁGUAS**: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA) - Belém: UFPA/NAEA, 2005.

BRASIL. **ESTATUTO DA CIDADE**. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. Disponível em:<
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 20 abril 2024>.

CARLOS, A. F. A. **HENRI LEFEBVRE**: a problemática urbana em sua determinação espacial. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 458-477, dez. 2019, ISSN 2179-0892.

CARLOS, A. F. A. A MUNDIALIDADE DO ESPAÇO. (IN) MARTINS, José de S. **HENRI LEFEBVRE E O RETORNO A DIALÉTICA**. Hucitec. São Paulo, 1996.

CASTRO, Edna. **URBANIZAÇÃO PLURALIDADE E SINGULARIDADES DAS CIDADES AMAZÔNICAS**. In: CASTRO, Edna. Cidades na Floresta. Annablume, São Paulo, 2008.



CRUZ, Sandra H. R. **GRANDES PROJETOS URBANOS EM METRÓPOLES AMAZÔNICAS**: segregação social e moradia em Belém e Manaus. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O DIREITO À CIDADE**. Tradução: Rubens Eduardo Fries. São Paulo, Centauro, 2001.

_____. **A REVOLUÇÃO URBANA**. Ed. UFMG – Belo Horizonte, 2002.

OLIVEIRA, José A. SCHOR, Tatiana. **MANAUS**: transformações e permanências do forte a metrópole regional. In: CASTRO, Edna. Cidades na Floresta. Annablume, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Eliene J. **BANIDOS DA CIDADE UNIDOS NA CONDIÇÃO**: Cidade Nova; espelho da segregação social em Belém. - Belém: UFPA/NAEA, 1998.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988.

SEABRA, Odette C. L. **OS MEANDROS DOS RIOS NOS MEANDROS DO PODER**: Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2021.

SILVA, Rosigrêde L. FURTADO, Layse G. COSTA, Luís R. SOUSA, Denis P. Análise de transição do uso e cobertura do solo em área de preservação permanente na bacia hidrográfica do rio Maguari-açu/PA. In: ZUFFO, Alan M. AGUILERA, Jorge G. Pesquisas agrárias e ambientais [livro eletrônico]: volume V. Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2021. 191p. Disponível em: <https://www.editorapantanal.com.br/ebooks/2021/pesquisas-agrarias-e-ambientais-volume-v/Cap13.pdf>. Acessado em: 10 de jul. 2025.

TRINDADE Jr, Saint-Clair. **A CIDADE DISPERSA**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. SÃO PAULO - USP, 1998.